



FERREIRA & ASSOCIADOS
AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

SANTA CASA DE MESERICÓRDIA DO RECIFE

**RELATÓRIO DE AUDITORIA PARA O EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

ÍNDICE

	Páginas
1. Carta de Encaminhamento do Relatório	01
2. Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras	02/05
3. Balanço Patrimonial	06
4. Demonstração do Resultado do Exercício	07
5. Demonstração do Resultado Abrangente	08
5. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
6 Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
7 Notas Explicativas	11/35



Recife, 15 de junho de 2020.

A
SANTA CASA DE MESERICÓRDIA DO RECIFE
ATT. SUPERINTENDÊNCIA

REF. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA – EXERCÍCIO 2019.

De acordo com nosso contrato de prestação de serviços, estamos encaminhando relatório de auditoria do exercício de 2019.

Os trabalhos foram realizados de forma a atender as determinações contidas nas Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis, os Pronunciamentos, as Orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O programa de auditoria elaborado e os respectivos procedimentos utilizados nos nossos trabalhos foram aplicados de acordo com as normas internas e atividades desta Entidade, buscando dessa forma também assessorar a Gestão quando da apresentação de sua Prestação de Contas referente ao **exercício de 2019**.

Agradecemos à cortesia com que fomos tratados pelas pessoas com as quais mantivemos contato, durante a realização dos nossos trabalhos.

Estaremos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES S/S

AGUINALDO FERREIRA DA SILVA
Diretor



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

OPINIÃO COM RESSALVA

Examinamos as demonstrações contábeis da **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE – “Entidade”**, que compreendem o balanço patrimonial, **em 31 de dezembro de 2019**, e as respectivas demonstrações do resultado do período, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, **em 31 de dezembro de 2019**, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 7 e 8 das demonstrações contábeis, a Entidade não possui registro contábil sobre parte dos terrenos de sua propriedade, ativos esses, considerados de valor relevante do seu patrimônio. Os demais itens registrados no ativo imobilizado e nos imóveis registrados na conta “Propriedade para Investimentos” necessitam de avaliação, a valor justo, em função do tempo médio de formação ser superior a 20 anos, estando assim apresentados com valores defasados, em relação ao mercado. Em função deste fato, não foram realizados os testes de revisão da vida útil econômica dos bens integrantes do “Imobilizado” e dos bens integrantes da conta denominada “Propriedade para Investimentos”, conforme estabelece a Resolução 1.292/10 – NBC TG 01 do Conselho Federal de Contabilidade, razão pela qual não foi possível mensurar a existência de possíveis distorções relevantes nas Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 5, os controles internos sobre o Contas a Receber referentes aos aluguéis dos imóveis da “Entidade” não nos possibilitaram concluir sobre a adequacidade dos saldos apresentados. Conseqüentemente, não estamos em condições de opinar sobre esses saldos e



suas contas correspondentes, incluindo a constituição da Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intituladas "Responsabilidades do Auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

ÊNFASE

CONTRATO DE GESTÃO COM A SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Conforme mencionado na Nota 4, a "Entidade" celebrou contratos de gestão para gerenciamento, operacionalização e execuções de ações e serviços de saúde com a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, para atendimento ao Hospital Regional Fernando Bezerra, localizado na cidade de Ouricuri no sertão pernambucano; também à Unidade de Pronto Atendimento - UPA, localizada no bairro de torrões, região metropolitana do Recife e por último, à Unidade de Pronto Atendimento - UPA na cidade de Ouricuri, no sertão pernambucano.

Os contratos de gestão mencionados não são remunerados mediante taxa de administração e vêm produzindo efeitos negativos ao patrimônio social da "Entidade" em função de que os repasses financeiros dos contratos são sempre feitos com atraso, gerando assim, danos ao patrimônio, pela necessidade de obtenção de recursos para suprir o capital de giro da Entidade.

CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Conforme mencionado na **Nota 16**, a provisão das contingências passivas, principalmente as de natureza civil e tributária, cujo total foi de R\$ 4.861 mil, apresentou variação significativa, impactando relevantemente o resultado do exercício, da "Entidade". A capacidade financeira da SANTA CASA DE MESERICÓRDIA apresenta um quadro de vulnerabilidade em função das ocorrências de bloqueios judiciais por conta de tais processos.



RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independente se causadas por fraudes ou erros.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorções relevantes, independentemente se causada por fraudes ou erros, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada, de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidencia de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorções relevantes resultantes de fraudes é maior do que o proveniente de erros, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles



internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração,
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtida, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvidas significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtida até a data deste relatório, todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante os nossos trabalhos.

Recife, 15 de junho de 2020.

FERREIRA & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES SS
CRC PE 365

AGUINALDO FERREIRA DA SILVA
CRC PE 011565
CNAI - PE 563

IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

	Nota	2019					2018				
		Sustentável	Área Saúde	Área Social	Área Educacional	Total	Sustentável	Área Saúde	Área Social	Área Educacional	Total
Ativo											
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa (com restrição)	3,38b	113	4.417.461	1	4.417.575	472.184	1.242.123	3.595	912	17.818.814	
Subsídio a receber (sem restrição)	3,38b	35.278	1.220.734	43.680	1.838.351	1.542.780	1.752.106	61.639	1.027	3.357.552	
Clientes e outros recebíveis	4	2.144.578	13.971.395	-	15.901.973	186.000	16.878.723	-	-	17.064.723	
Estoque	5	1.641.135	7.895.587	760.376	10.333.264	5.900.403	3.892.032	676.024	49.934	10.518.393	
Despesas antecipadas	6,38a	48.804	1.003.714	-	1.053.518	63.764	1.064.076	-	-	1.127.840	
		9.251	130.039	17.766	4.300	8.476	130.787	15.923	4.249	159.435	
		3.880.159	28.924.530	821.823	33.706.057	8.173.607	24.959.847	757.181	56.122	33.946.757	
Ativo não circulante											
Realizável a longo prazo											
Clientes e outros recebíveis	5	5.599.714	-	-	5.599.714	-	2.259.100	-	-	2.259.100	
Investimentos	7	54.125.306	-	-	54.125.306	54.733.406	-	-	-	54.733.406	
Depreciação acumulada		937.101	194.450	135.367	1.306.956	333.769	147.596	109.313	41.400	632.418	
Imobilizado (-) depreciação acumulada											
Outras em andamento	8,38f	22.532.349	6.244.926	280.449	29.059.340	22.713.528	6.639.282	339.310	38.636	29.730.756	
Intangível (+) amortização	8,38f	6.888.943	-	-	6.888.943	6.622.136	-	-	-	6.622.136	
		34.074	2.789	9.984	47.814	76.513	2.112	2.897	875	82.187	
		90.475.487	6.442.145	405.800	97.364.873	84.479.382	9.048.430	451.310	80.911	94.060.003	
Total do Ativo		94.355.646	35.367.075	1.227.623	131.100.930	92.652.959	34.008.277	1.208.491	137.033	128.006.760	

Nota	Subsistema	Área Saúde	Área Social	Área Educacional	Total	2018				
						Subsistema	Área Saúde	Área Social	Área Educacional	Total
Passivo e Patrimônio Líquido										
Circulante										
38g	504.984	4.277.285	91.511	5.804	4.879.584	325.564	5.336.323	69.957	6.526	5.739.370
3,38h	162.294	3.210.034	181.664	72.582	3.626.574	132.198	3.111.075	179.595	67.378	3.490.236
10	85.051	811.986	2.802	1.589	901.428	153.706	676.476	3.144	2.072	835.388
12,38i	347.146	11.450.827	418.916	134.519	12.351.408	309.886	11.466.688	406.303	133.755	12.316.642
	4.811.080	478.991	-	5.288.071	4.322.480	73.758	-	-	4.396.238	
14	573.882	6.441.273	135.810	4.268	7.155.243	180.142	5.047.838	127.972	9.187	5.365.139
15	2.154.561	8.857.815	-	-	11.012.376	648.806	7.460.188	17.225	2.549	8.128.748
	8.639.018	35.526.211	830.703	218.762	45.214.694	6.072.782	33.172.356	804.186	221.467	40.270.771
Passivo não circulante										
38g	5.926.107	-	-	-	5.926.107	7.301.298	-	-	-	7.301.298
13,38i	4.861.654	-	-	-	4.861.654	131.749	-	-	-	131.749
16,38i	903	153.623	-	-	154.526	8.796	-	-	-	8.796
11	94.332	378.467	-	-	472.789	250.063	-	-	-	250.063
11	-	147.500	-	-	147.500	-	-	-	-	-
	10.882.986	679.590	-	-	11.562.576	7.691.906	-	-	-	7.691.906
Patrimônio Líquido										
17,38h	(3.439.084)	(8.783.697)	29.064.442	10.843.345	27.685.006	(2.726.952)	(5.509.983)	25.798.320	9.555.520	27.076.905
	52.210.026	-	-	-	52.210.026	52.818.127	-	-	-	52.818.127
	28.797.095	6.345.924	(25.351.731)	(9.642.217)	149.051	26.698.982	3.941.388	(22.769.698)	(8.389.457)	(520.805)
	(637.979)	(38.832)	(17.235)	(8.318)	(602.933)	-	-	-	-	-
	(2.198.118)	1.587.434	(3.248.088)	(1.250.989)	(5.118.650)	2.100.134	2.404.538	(2.982.053)	(1.252.763)	669.856
	74.833.641	(889.171)	447.388	(68.178)	74.323.680	78.889.271	835.943	(86.700)	80.044.653	
	94.355.645	35.316.630	1.278.071	130.984	131.100.930	92.652.959	34.008.279	1.210.755	134.767	128.006.760

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Amara Henrique Pessoa Lima
Superintendente Geral
CPF: 128.476.154-15

Luiza Marques Lacerda
Superintendente Financeiro
CPF: 458.000.144-34

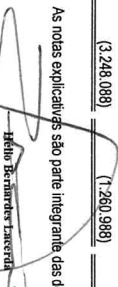
André Augusto Santos
Controlador CRC PE - 0140970-0
CPF: 868.678.224-87

IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICORDIA DO RECIFE
Demonstração de Resultado do Período
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em reais)

Descrição	Nota	2019					2018				
		Sustentável	Saúde	Social	Educação	Total	Sustentável	Saúde	Social	Educação	Total
Receitas Operacionais											
Contrato de gestão	18	-	45.730,335	-	-	45.730,335	-	45.201,382	-	-	45.201,382
SUS	19	-	44.060,885	-	-	44.060,885	-	41.253,318	-	-	41.253,318
Taxa de Administração	38p	-	2.209,002	-	-	2.209,002	-	2.187,446	-	-	2.187,446
Iserção - Contribuições sociais	32	1.080,321	18.601,009	898,314	302,767	20.882,411	976,647	18.092,839	873,707	306,529	20.248,722
Aluguéis de imóveis/alugueres	20	10.198,644	1.229,311	470,173	21.700	11.919,828	13.747,997	-	742,254	-	14.490,251
Subvenções órgãos públicos	21	-	10.166,158	40,800	-	10.206,958	-	10.239,218	40,800	-	10.280,018
Faturamento UTI	22	-	3.425,370	-	-	3.425,370	-	4.036,547	-	-	4.036,547
Tratamento prolongado	21	-	393,575	-	-	393,575	-	574,302	-	-	574,302
Doações	22	14,494	26,682	351,804	32,175	425,145	9,811	121,337	378,671	19,291	529,110
Educação	23	-	-	-	-	-	-	-	-	1.774,645	1.774,645
Idoso-Atividade Longa Permanência	23	-	-	777,731	-	777,731	-	-	883,915	-	883,915
Outras receitas	20	148,015	390,067	193,034	19,920	751,036	284,087	472,436	240,539	177,43	1.014,805
Hospitais	20	-	1.057,440	-	-	1.057,440	-	1.328,084	-	-	1.328,084
Subvenções educacionais	25	-	-	-	95,717	95,717	-	-	180,697	98,439	279,136
Serviço voluntário	25	-	-	-	-	-	-	-	259	-	259
Reversão de contingências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Bolsas integrais - 100%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.735,885)	(1.735,885)
(-) Bolsas filios de funcionários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Bolsas filios de professores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Descontos mensalidades escolares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Operacionais											
Pessoal	24	2.996,858	58.155,225	3.425,905	1.278,829	65.856,817	2.604,078	56.453,603	3.308,137	1.296,149	63.621,967
Matérias e serviços	32	1.941,743	44.897,082	1.195,291	121,527	48.155,643	2.345,894	42.836,468	1.228,142	136,26	46.547,740
Iserção - Contribuições sociais	32	1.080,321	18.601,008	898,314	302,767	20.882,410	976,647	18.092,839	873,707	306,529	20.248,722
Gerais	25	1.479,918	3.653,095	240,651	25,890	5.399,554	1.317,975	3.620,906	208,174	30,682	5.177,117
Contingências	25	3.610,397	-	-	-	3.610,397	-	-	-	-	-
Serviço voluntário	25	-	-	-	-	-	-	-	259	-	259
Provisão ProCreditos Liq. Dividosa	26	341,280	-	10,238	-	351,518	3.524,033	-	65,415	-	3.589,448
Outras despesas	26	727,902	60,000	187,586	74	975,562	670,345	52,217	229,000	492	952,054
		12.178,419	125.366,410	5.957,985	1.729,087	145.231,901	11.438,972	121.056,033	5.913,834	1.728,468	140.137,307
Resultado Financeiro Líquido											
Receitas financeiras		5,195	70,171	3,748	1,782	80,876	24,579	72,095	9,589	1,132	107,375
Despesas financeiras		1.464,658	406,161	25,707	5,942	1.902,468	1.504,015	118,433	18,630	2,479	1.643,557
		(1.459,463)	(335,990)	(21,959)	(4,160)	(1.821,592)	(1.479,436)	(46,338)	(9,061)	(1,347)	(1.536,182)
Superávit/(Déficit) do período		(2.196,418)	1.587,434	(3.248,088)	(1.260,988)	(5.118,060)	2.100,134	2.404,538	(2.582,053)	(1.252,763)	669,856

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Amaro Henrique Pessoa Lima
Superintendente Geral
CPF - 128.476.154-15

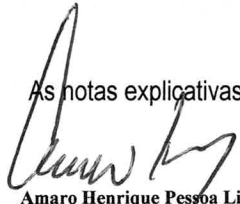

Hélio Brancatelli Pereira
Superintendente Financeiro
CPF - 458.000.144-34


Agneta José dos Santos
Contadora CRC PE - 01.097/O-8
CPF - 868.678.224-87

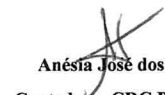
IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Demonstrações de Resultados Abrangentes
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
(Em reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Superávit / Déficit do exercício	(5.118.060)	669.856
	<u> </u>	<u> </u>
Total do resultado abrangente	<u>(5.118.060)</u>	<u>669.856</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

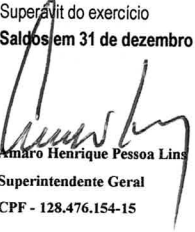

Amaro Henrique Pessoa Lins
Superintendente Geral
CPF - 128.476.154-15


Hélio Bernardes Lacerda
Superintendente Financeiro
C.P.F. 458.000.144-34

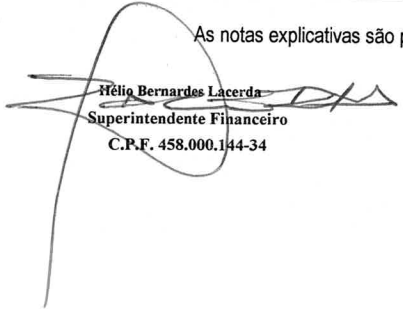

Anésia José dos Santos
Contadora CRC PE - 014097/O-0
CPF - 868.678.224-87

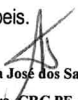
IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em reais)

	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit / Déficit Acumulado	Superávit/Déficit do período	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)	26.468.804	53.426.228	2.287.572	(2.518.678)	79.663.926
Incorporação para déficit acumulado	-	-	(2.518.678)	2.518.678	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(289.699)	-	(289.699)
Ajuste de avaliação patrimonial	608.101	(608.101)	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	669.856	669.856
Saldos em 31 de dezembro de 2018	27.076.905	52.818.127	(520.805)	669.856	80.044.083
Incorporação para déficit acumulado	-	-	669.856	(669.856)	-
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	(602.363)	-	(602.363)
Ajuste de avaliação patrimonial	608.101	(608.101)	-	-	-
Superávit do exercício	-	-	-	(5.118.060)	(5.118.060)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	27.685.006	52.210.026	(453.312)	(5.118.060)	74.323.660


Amaro Henrique Pessoa Lins
 Superintendente Geral
 CPF - 128.476.154-15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.


Helio Bernardes Lacerda
 Superintendente Financeiro
 C.P.F. 458.000.144-34


Anésia José dos Santos
 Contadora - CRC PE - 014097/O-0
 CPF - 868.678.224-87

IRMANDADE SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE

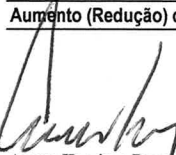
Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018

(Em Reais)

	2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Superávit do período	(5.118.060)	669.856
Ajustes por:		
Depreciação/amortização	1.222.190	1.132.787
Depreciação dos imóveis dos Investimentos	608.101	608.101
custo das baixas	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	(602.363)	(289.699)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-
Resultado do período ajustado	(3.890.132)	2.121.045
Atividades operacionais		
Variação das subvenções a receber - ativo circulante	1.162.750	42.668.675
Variação dos clientes e outros recebíveis - ativo circulante	185.129	(1.134.371)
Variação das despesas antecipadas - ativo circulante	(1.941)	(6.088)
Variação dos estoques - ativo circulante	74.322	(26.766)
Variação dos clientes e outros recebíveis - ativo não circulante	(3.700.614)	(387.766)
Variação dos depósitos judiciais - ativo não circulante	(673.638)	(42.303)
Variação dos fornecedores de bens e serviços - passivo circulante	(858.776)	1.154.550
Variação das obrigações com empregados - passivo circulante	136.338	154.960
Variação das obrigações tributárias - passivo circulante	66.030	89.124
Variação das provisões e encargos sociais - passivo circulante	34.766	755.479
Amortização de empréstimos	(5.419.604)	(3.373.905)
Provisão para contingências	4.729.905	-
Variação de outras contas a pagar - passivo circulante	1.790.104	1.127.794
Variação das subvenções assistenciais a realizar - passivo circular	2.883.628	(46.555.857)
Variação das provisões e encargos sociais - passivo não circulante	145.730	(37.407)
Variação receitas diferidas - passivo não circulante	147.500	-
Variação das obrigações tributárias - passivo não circulante	222.726	33.456
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	924.355	(5.580.425)
Atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	1.060.015	(2.380.265)
Caixa líquido (consumido) atividades de investimentos	1.060.015	(2.380.265)
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos	3.085.322	2.000.000
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	3.085.322	2.000.000
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.179.560	(3.839.645)
Variação no saldo de caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.076.366	8.916.011
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	6.255.926	5.076.366
	1.179.560	(3.839.645)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	1.179.560	(3.839.645)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


Amaro Henrique Pessoa Lins
Superintendente Geral
CPF - 128.476.154-15


Hélio Bernardes Lacerda
Superintendente Financeiro
C.P.F. 458.000.144-34


Anésia José dos Santos
Contadora CRC PE - 014097/O-0
CPF - 868.678.224-87

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018**

SEÇÃO A – INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 CONTEXTO OPERACIONAL

A **IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO RECIFE** é uma Entidade sem fins lucrativos, que tem como atividade a prestação de serviços educacionais, sociais e também na área de saúde, previsto no art.9º do CTN e por isso imune.

A Entidade mantém as seguintes Instituições:

a) Na área sustentável:

- Santa Casa de Misericórdia do Recife.
- Centro Hospitalar Dom Lamartine.

b) Na área de saúde:

- Hospital Santo Amaro;
- Hospital Regional Fernando Bezerra;
- UPA – Torrões Dulce Sampaio;
- UPA – Especialidades.

c) Na área educacional:

- Colégio Santa Luiza de Marillac;
- Educandário São Joaquim.

d) Na área de assistência social:

- Educandário Casa da Providência;
- Educandário Magalhães Bastos;
- Instituto de Cegos – Antônio Pessoa de Queiroz;
- Educandário Santa Tereza;
- Centro Geriátrico Padre Venâncio;
- Abrigo São Francisco de Assis.

A Entidade é certificada pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS como Entidade de fins filantrópicos pelo processo nº 00000.089400/1962-00 em 07.01.1963.

Em 15 de março de 2019, Portaria 358/2019, foi deferida a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área preponderante de Saúde, Educação e Assistência social pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% e demais exigências da Lei 12.101/09. A renovação tem validade pelo período de 14 de agosto de 2015 a 13 de agosto de 2018. Esta certificação confere a Entidade os benefícios fiscais de imunidade do imposto de renda (com base no Artigo 150 da Constituição Federal) e isenção da contribuição social sobre o superávit, da cota patronal do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (com base na Lei nº 8.212/91).

Em 02/08/2018, foi requerido a renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, para o período de 14/08/2018 a 13/08/2021, conforme Processo nº 25000.133651/2018-43, em trâmite e tempestivamente protocolado.

Faz-se importante esclarecer que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado, nos termos do art. 24, § 2º da Lei nº 12.101/2009 (norma que dispõe sobre a certificação).

1.2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução CFC nº. 1.374/11 (NBC TG), que trata da estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução CFC nº. 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da apresentação das demonstrações contábeis e Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002, para as Entidades sem Finalidade de Lucros.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa 39

1.3 – NORMAS, ALTERAÇÕES E INTEPRETAÇÕES.

Em 1º de janeiro de 2018 passaram a vigorar as normas CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 47 – Receitas de Contratos com Clientes. A administração avaliou as alterações trazidas por essas normas e concluiu que não há impactos decorrentes de sua aplicação.

SEÇÃO B – RISCOS

2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício do julgamento por parte da administração da Entidade no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações contábeis da Entidade incluem estimativas e premissas, como as estimativas de valor justo de determinados instrumentos financeiros, valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos, provisão de ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das

transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas estimativas e premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

SEÇÃO C – NOTAS EXPLICATIVAS RELEVANTES SELECIONADAS

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2019	2018
Recursos financeiros livres		
Caixa	18.118	9.003
Bancos conta movimento	3.677	2.714.346
Aplicações financeiras	3.773.190	636.970
Títulos e valores mobiliários	1.000	1.000
	<u>3.795.985</u>	<u>3.361.319</u>
Recursos financeiros vinculados a convênios e gestão		
Caixa	3.345	13.345
Bancos conta movimento	-	1.185.638
Aplicações financeiras	2.456.597	516.064
	<u>2.459.941</u>	<u>1.715.047</u>
	<u>6.255.926</u>	<u>5.076.366</u>

4. Subvenção a Receber (com restrição)

A Vencer

	2019	2018
Convênio UPA - Secretaria Estadual de Saúde	1.308.547	2.117.093
Convênio Hospital Regional Fernando Bezerra	2.284.841	2.284.841
Convênio UPAC - Secretaria Estadual de Saúde	250.000	1.250.000
Secretaria de Saúde Contrato nº 041/2017	-	136.000
Secretaria de Saúde Contrato nº 055/2017	-	50.000
Ministério da Saúde Convênio nº 852.440/2017	194.800	-
Ministério da Saúde Convênio nº 876.402/2018	100.000	-
Ministério da Saúde Convênio nº 877.844/2018	236.000	-
Ministério da Saúde Convênio nº 877.761/2018	220.000	-
Ministério da Saúde Convênio nº 877.143/2018	137.978	-
Ministério da Saúde Convênio nº 891.754/2019	199.950	-
Ministério da Saúde Convênio nº 892.352/2019	369.850	-
Ministério da Saúde Convênio nº 893.148/2019	500.000	-
	<u>5.801.965</u>	<u>5.837.934</u>

Vencidos

Secretaria de Saúde Contrato nº 041/2017	136.000	-
Secretaria de Saúde Contrato nº 055/2017	50.000	-
Convênio UPA - Secretaria Estadual de Saúde	903.192	1.034.017
Convênio Hospital Regional Fernando Bezerra	50.225	2.384.924
Convênio UPAC - Secretaria Estadual de Saúde	675.065	1.500.008
Déficit Contrato de Gestão - UPA (a)	3.465.226	3.379.612
Déficit Contrato de Gestão - HRFB (a)	4.808.093	2.925.106
Déficit Contrato de Gestão - UPAC (a)	12.203	3.122
	<u>10.100.004</u>	<u>11.226.789</u>
Total	<u>15.901.969</u>	<u>17.064.723</u>

- (a) Refere-se a recursos a receber referentes a déficits ocorridos em 2019 e parcelas vencidas dos contratos de gestão para gerenciamento, operacionalização e execuções de ações e serviços de saúde celebrados com a Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco, para atendimento ao Hospital Regional Fernando Bezerra, localizado na cidade de Ouricuri no sertão pernambucano; também à Unidade de Pronto Atendimento - UPA, localizada no bairro de Torrões, região metropolitana do Recife e por último, à Unidade de Pronto Atendimento Especializado - UP AE na cidade de Ouricuri, no sertão pernambucano.

5. Clientes e Outros Recebíveis

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Aluguéis do exercício (a)	1.065.033	-	4.520.094	-
Contingências Judiciais - Aluguéis (g)	-	6.053.690	-	-
Parcelamentos (b)	175.274	-	244.999	-
Multas e Juros a receber - Aluguéis	174.642	-	2.292.612	-
Outros Valores a receber - Aluguéis	143.107	-	415.662	-
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa (c)	(229.507)	(93.976)	(1.982.398)	-
Foro a receber	446.259	3.393.935	611.279	2.934.342
Aluguel de terreno	268.060	1.191.536	237.992	998.971
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa (c)	-	(4.585.471)	-	(3.933.313)
SUS - Fundo Municipal de Saúde	862.398	-	780.226	-
Secretaria Saúde PE	1.960.002	-	2.175.077	-
(-) Provisão para crédito liquidação duvidosa (c)	(32.989)	-	(32.989)	-
Outros devedores	636.490	-	338.591	-
Ativo de HSA com CHDL (d)	38	-	-	-
Ativo de CHDL com SCM (d)	4.167	-	-	-
Ativo de HSA com SCM (d)	266.086	-	-	-
Ativo de UPA com UP AE (d)	-	-	-	44.900
Ativo de UPA com HRFB (d)	2.227.900	-	-	1.660.200
Ativo de UP AE com UPA (d)	40.200	-	-	-
Ativo de UP AE com HRFB (d)	1.346.733	-	-	554.000
Cartões de crédito (e)	16.199	-	21.545	-
Mensalidades escolares	12.641	-	27.710	-
Adiantamentos a empregados (f)	747.373	-	713.869	-
Adiantamentos a fornecedores	157.156	-	91.172	-
Impostos a recuperar	46.000	-	62.952	-
	<u>10.333.264</u>	<u>5.959.714</u>	<u>10.518.393</u>	<u>2.259.100</u>

CPF - 021.648.474-07

Os controles internos sobre as Contas a Receber de Aluguéis incluindo as Contingências Judiciais não nos permitiram concluir sobre a adequacidade dos valores apresentados, em razão da não integração do sistema gerencial dos controles dos aluguéis com os registros contábeis, gerando diferenças relevantes não conciliáveis.

- (a) Refere-se às receitas de aluguéis, pendentes de recebimento.
- (b) Compõe os acordos realizados com inquilinos inadimplentes.
- (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa – PCLD - constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, e assim atendendo o item 15 da ITG 2002 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

- (d) Referem-se aos Contratos de Mútuos celebrados entre as partes relacionadas para suprir o déficit operacional das unidades geridas pela Santa Casa, tendo em vista que esse déficit será ressarcido no exercício de 2020.

- (e) Referem-se a vendas dos produtos com cartão de crédito na Feirinha Solidária, serviços massagem no IAPQ e outras receitas.

- (f) Referem-se aos adiantamentos de férias de janeiro de 2020.

- (g) Contingências Judiciais Aluguéis - o valor de R\$ 6.053.690,00, correspondem aos processos de natureza civil, referentes aos imóveis, onde a entidade figura como parte autora no processo; e apoiada na opinião dos advogados da Entidade, apresenta em 31/12/2019, perspectiva de probabilidade de ganho provável no valor de R\$ 3.612.952,13; em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

6. Estoques

	2019	2018
Santa Casa		
Lojinha Santa Casa (a)	49.784	49.784
Centro Hospitalar Dom Lamartine		
Almoxarifado CDI	21	13.980
Hospital Santo Amaro		
Farmácia	305.139	289.445
Almoxarifado	125.034	141.212
Nutrição	39.343	61.637
Empréstimos de Mercadorias	-	-
UPA - Secretaria Estadual de Saúde		
Farmácia	93.451	103.772
Almoxarifado	22.221	17.058
Empréstimos de Mercadorias	13.557	-
Hospital Regional Fernando Bezerra		
Farmácia	351.294	364.795
Almoxarifado	42.592	71.334
Empréstimos de Mercadorias	-	-
UPA-E Secretaria Estadual de Saúde		
Farmácia	7.461	12.436
Almoxarifado	2.078	910
Empréstimos de Mercadorias	1.543	1.477
	<u>1.053.518</u>	<u>1.127.840</u>

(a) Correspondem a produtos apreendidos doados pela Receita Federal do Brasil, destinados para comercialização na Feirinha Solidária da Entidade.

7. Investimentos

A Entidade é proprietária de imóveis comerciais e residências para fins de renda ou valoração patrimonial cuja finalidade é geração de fluxos de caixa para manutenção das atividades assistências.

A Entidade não possui registro contábil sobre parte dos terrenos de sua propriedade, ativos esses, considerados de valor relevante do seu patrimônio. Os demais itens do imobilizado necessitam de reavaliação patrimonial, em função do tempo médio de formação ser superior a 20 anos, estando assim apresentados com valores defasados, em relação ao mercado. Em função deste fato, não foram realizados os testes de revisão da vida útil econômica dos bens integrantes do Grupo Investimentos denominados "Propriedade para Investimentos" e dos bens integrantes do Grupo de Ativos Imobilizado, conforme Resolução 1.292/10 – NBC TG 01 do Conselho Federal de Contabilidade.

A Entidade tem por objetivo para o ano de 2020 a alteração do critério de mensuração de suas propriedades para investimentos (PI), migrando do custo histórico para o valor justo, conforme preceitos normativos estabelecidos pela NBC TG 28 (R3). A adoção do valor justo exige a

mensuração de tais propriedades a valor de mercado, demandando um laudo de avaliação técnica que suporte regularmente estas mensurações. No exercício de 2018, a Santa Casa de Misericórdia contratou engenheiro especializado para avaliar algumas de suas propriedades, resultando em quinze imóveis avaliados. É esperado que este trabalho de avaliação finalize no exercício de 2020, ocasião na qual a classe de ativos semelhantes classificadas na PI será mensurada a valor justo com contrapartida direta no Patrimônio Social. Mensurações subsequentes de atualizações a valor justo serão registradas com contrapartida no resultado do exercício.

8. Imobilizado

2019							2018
Taxas a.a %	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação Acum.	Líquido	Líquido
Terrenos (c)	13.492.476	-	-	-	-	13.492.476	13.492.476
Edificações	1% 9.768.504	-	-	-	(108.924)	9.659.580	9.768.504
Maquinas e equipamentos (a)	10% 914.529	308.771	-	(151.296)	(200.952)	871.052	914.529
Equipamento Médico (a)	10% 4.163.913	311.622	-	(117.809)	(550.290)	3.807.436	4.163.913
Móveis e Utensílios (a)	10% 909.015	96.120	-	-	(161.562)	843.573	909.015
Veículos (b)	20% 45.749	37.689	-	-	(25.788)	57.650	45.749
Equipamentos Inform (a)	20% 436.570	30.311	-	-	(129.308)	337.573	436.570
Software	20% 82.187	10.697	-	-	(45.370)	47.514	82.187
Obras em andamento (d)	6.622.136	271.131	-	(6.324)	-	6.886.943	6.622.136
	<u>36.435.079</u>	<u>1.066.342</u>	<u>-</u>	<u>(275.430)</u>	<u>(1.222.194)</u>	<u>36.003.797</u>	<u>36.435.079</u>

a) Refere-se a bens utilizados pela Entidade em suas operações, representados por equipamentos de informática, móveis e utensílios, equipamentos diversos. São demonstradas ao custo deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear as taxas anuais de 10 a 20%.

b) Em 12/06/2019 o Centro Geriátrico Padre Venâncio recebeu como doação, um automóvel Honda Civic, ano 2009/2010, placa KIK 1940 no valor de R\$ 37.689,00.

c) A Entidade não possui registro contábil sobre parte dos terrenos de sua propriedade, ativos esses, considerados de valor relevante do seu patrimônio.

d) Obras em andamento – Santa Casa de Misericórdia, o acréscimo de R\$ 264.807,00 no ano de 2019, refere-se as instalações de combate e prevenção contra incêndio.

Os demais itens do imobilizado necessitam de reavaliação patrimonial, em função do tempo médio de formação ser superior a 20 anos, estando assim apresentados com valores defasados, em relação ao mercado. Em função deste fato, não foram realizados os testes de revisão da vida útil econômica dos bens integrantes do Grupo dos Ativos Imobilizados, conforme Resolução 1.292/10 – NBC TG 01 do Conselho Federal de Contabilidade.

9. Fornecedores de Bens e Serviços

	2019	2018
Fornecedores de bens	1.920.281	1.599.918
Fornecedores de serviços	2.959.313	4.138.452
	<u>4.879.594</u>	<u>5.738.370</u>

Referem-se a obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

10. Obrigações com Empregados

	2019	2018
Líquido folha de pagamento	3.361.241	3.212.299
Sindicato e Associações	14.511	9.165
Empréstimos/Consignações	119.135	101.859
Outras Obrigações	131.687	166.913
	<u>3.626.574</u>	<u>3.490.236</u>

11. Obrigações Tributárias

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
ISS Retido	89.321	-	92.495	-
Refis - Tx Ocupação terreno (a)	40.204	90.510	117.745	243.391
TLP - Parcelamento (b)	2.859	3.812	2.859	6.672
IRRF - Cód. 0561 (c)	386.336	-	429.684	-
ISS - Parcelamento (e)	32.408	23.986	-	-
IRRF - Parcelamento (f)	69.462	245.790	-	-
PIS/COFINS/CSLL Parc. (f)	30.717	108.690	-	-
Outras obrigações (d)	250.121	-	192.615	-
	<u>901.428</u>	<u>472.789</u>	<u>835.398</u>	<u>250.063</u>

(a) Saldo corresponde ao Parcelamento simplificado da (PGFN) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional referente à taxa de ocupação de terreno dos imóveis pertencente a Santa Casa utilizados

como investimento para locação. O Processo tem origem do SPU- Secretaria do Patrimônio da União.

(b) Saldo correspondente ao parcelamento do IPTU ocorrido em 05/2017, cuja dívida junto a Prefeitura da Cidade do Recife foi parcelada em 60 meses, contemplando no saldo os acréscimos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

(c) Saldo correspondente ao Imposto de Renda sobre a folha de pagamento de competência Dezembro de 2019, que foi recolhido no mês de janeiro de 2020.

(d) Saldo corresponde ao PIS/COFINS/CSLL, IRRF s/ serviço, PIS sobre Folha e INSS s/ Serviços.

(e) Saldo corresponde ao Parcelamento do ISS retido na fonte na Prefeitura do Recife, Processos: Nº 1591359519, competências 07/2019 e 08/2019 e 1591362619 09/2019, firmado em 23/10/2019 em 24 (vinte e quatro) parcelas.

(f) Saldo corresponde ao Parcelamento Simplificado da Receita Federal do Brasil, processo nº 00006560923 em 20/11/2019 em 60 (sessenta) parcelas, referente Imposto de Renda Retido na Fonte incidentes sobre: Folha de pagamento, código 0561, autônomo 0588, aluguéis 3208, notas fiscais de serviços 1708 e as Contribuições Sociais retidos na fonte, PIS, COFINS e CSLL 5952 do Hospital Santo Amaro.

12. Provisões e Encargos Sociais

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Santa Casa	8.105.475	154.526	7.681.366	8.796
INSS (c)	279.177	153.622	201.692	-
FGTS	536.843	903	326.293	8.796
Provisão p/ Férias	4.467.846	-	4.368.344	-
Provisão FGTS s/ férias	356.730	-	349.942	-
Provisão FGTS rescisório Convenios (a)	2.464.879	-	2.435.095	-
Contrato de gestão (b)	4.245.933	-	4.635.276	-
INSS UPA	56.738	-	171.115	-
INSS HRFB	56.718	-	46.373	-
INSS UP AE	6.901	-	12.120	-
FGTS UPA	86.566	-	156.121	-
FGTS HRFB	94.944	-	92.228	-
FGTS UP AE	9.225	-	17.819	-
Provisão p/ Férias UPA	1.048.176	-	1.144.946	-
Provisão p/ Férias HRFB	1.240.505	-	1.213.456	-
Provisão p/ Férias UP AE	130.405	-	144.234	-
Provisão FGTS s/ férias UPA	83.713	-	91.485	-
Provisão FGTS s/ férias HRFB	99.194	-	97.316	-
Provisão FGTS s/ férias UP AE	10.410	-	11.816	-
Provisão de encerramento contrato UPA	13.197	-	261.224	-
Provisão de encerramento contrato HRFB	269.840	-	252.291	-
Provisão de encerramento contrato UP AE	38.935	-	47.211	-
Provisão FGTS multa rescisória UPA	536.844	-	518.340	-
Provisão FGTS multa rescisória HRFB	358.527	-	279.373	-
Provisão FGTS multa rescisória UP AE	105.095	-	77.808	-
	12.351.408	154.526	12.316.642	8.796

- (a) Neste exercício, além dos encargos trabalhistas e previdenciários, foi constituída provisão de 50% referente ao FGTS Rescisório dos funcionários locados nos convênios celebrados com a Prefeitura do Recife (SAD, UA, NASF, RT e SAÚDE BUCAL).
- (b) Os convênios de gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA, Hospital Regional Fernando Bezerra e Unidade de Pronto Atendimento Especialidades – UP AE, firmados com a Secretaria Estadual de Saúde, contém cláusulas de responsabilização da Santa Casa de Misericórdia do Recife pelo recolhimento das obrigações trabalhistas e previdenciários referentes aos colaboradores destas unidades. Dessa forma, foi constituída todas as obrigações sociais incluindo também a multa do FGTS Rescisório, em caso de término do contrato.
- (c) Os saldos a curto prazo no valor de R\$ 40.075,73 e no longo prazo, o valor de R\$ 153.623,49, correspondem ao Parcelamento Simplificado da Receita Federal do Brasil, processo nº 634269305 firmado em 29/11/2019 em 60 (sessenta) parcelas, referente INSS retido na fonte folha de pagamento, competências 08/2019 e 09/2019.

13. Empréstimos a Pagar

	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Banco do Brasil S.A (a)	2.007.144	-	2.000.000	-
BNDES - B. Santander S.A (b)	1.529.606	2.931.766	1.803.063	3.754.800
BNDES - AGEFEPE (c)	400.000	2.731.508	413.747	3.130.026
Santander FINAME (d)	166.000	262.833	179.428	416.472
Santander Conta Garantida (e)	1.185.322	-	-	-
	<u>5.288.071</u>	<u>5.926.107</u>	<u>4.396.238</u>	<u>7.301.298</u>

(a) Empréstimo obtido em 29/11/2018, para financiar o pagamento do 13º salário dos colaboradores da Entidade, em decorrência do atraso de verbas do Estado e do Município, no valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), com encargos de 195% do CDI mais comissão FLAT de 0,5%, calculada sobre o valor do crédito concedido, com vencimento em 15/02/2020; saldo remanescente a pagar em 2020 R\$ 364.476,00.

(a) Empréstimo obtido em 05/12/2019, Contrato nº 183610199, para financiar o pagamento do 13º salário dos colaboradores da Entidade, em decorrência do atraso de verbas do Estado e do Município, no valor de R\$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos reais), com encargos de 263% do CDI, calculada sobre o valor do crédito concedido, com vencimento em 15/12/2020; saldo remanescente a pagar em 2020 R\$ 1.339.239,56.

(a) Empréstimo obtido em 17/04/2019, Contrato nº 183607405, para capital de giro da Entidade, em decorrência do atraso de verbas do Estado e do Município, no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), com encargos de 215% do CDI, calculada sobre o valor do crédito concedido, com vencimento em 17/05/2020; saldo remanescente a pagar em 2020 R\$ 303.428,15.

(b) Empréstimo obtido em 29.09.2015 junto ao BNDES e agente financeiro Banco Santander, no valor de R\$ 9.942.436,00 (nove milhões, novecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos e trinta e seis reais), para ser pago em 78 parcelas, sendo 50% corrigido pela TJLP + 4,60% a.a. e 50% corrigido pela SELIC + 4,60 % a.a., com 3% a.a. de remuneração do agente, já incluída na taxa de juros, com vencimento em 15.10.2022. O Empréstimo teve por finalidade reestruturar o passivo bancário com a redução dos juros e alongamento das parcelas.

(c) Empréstimo obtido em 22.01.2016, para o Projeto de Investimento (Centro Diagnóstico), no valor de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para ser pago em 120 parcelas, com período de carência de 24 meses, corrigido pela TJLP + remuneração de 4,10% a.a. do agente financeiro e do BNDES, com vencimento em 15.10.2027.

d) Empréstimo obtido em 20/06/2017, aquisição equipamento de tomografia computadorizada no valor de 664.000,00 (seiscentos e sessenta e quatro reais), para ser pago em 48 parcelas, corrigido pela URTJLP 365/366 + 6,10% a.a, com vencimento em 15/07/2022.

(e) Saldo correspondente a conta garantida contraída em 2019, crédito a curto prazo, para suprir eventuais necessidades de fluxos de caixa.

14. Outras Contas a Pagar

	2019	2018
Repasse dos honorários AIH	1.778.333	1.115.723
Repasse dos honorários ambulatoriais	471.875	1.271.050
Repasse dos honorários UTI	76.246	63.889
Antecipação Assistência Médica	116.728	249.119
Repasse A.O.R. Decreto 28/2017	108.009	-
CHDL - cartões de crédito	11.170	-
Passivo de UPAC com UPA	-	44.900
Passivo de SCM com HSA	266.086	-
Passivo de SCM com CHDL	4.167	-
Passivo de HRFB com UPA	2.227.900	1.660.200
Passivo de HRFB com UPAC	1.346.733	554.000
Passivo de UPA com UPAC	40.200	-
Passivo de CHDL com HSA	38	-
Outras obrigações	707.757	406.258
	<u>7.155.243</u>	<u>5.365.139</u>

15. Subvenções Assistenciais a Realizar (com restrição)

	2019	2018
Ministério da Saúde Convênio 768561/2011 (a)	-	13.206
Ministério da Saúde Convênio 861988/2017 (a)	458	-
Ministério da Saúde Convênio 876402/2018 (a)	100.000	-
Ministério da Saúde Convênio 834080/2016 (a)	10	150.630
Ministério da Saúde Convênio 852440/2017 (a)	194.800	-
Ministério da Saúde Convênio 821956/2015 (a)	-	10.497
Ministério da Saúde Convênio 877844/2018 (a)	236.000	-
Ministério da Saúde Convênio 877761/2018 (a)	220.000	-
Ministério da Saúde Convênio 870143/2018 (a)	137.978	-
Ministério da Saúde Convênio 891754/2019 (a)	199.950	-
Ministério da Saúde Convênio 892352/2019 (a)	369.850	-
Ministério da Saúde Convênio 893148/2019 (a)	500.000	-
Secretaria de Saúde-PE UPA/HRFB/UPA-E (b)	-	1.000.000
Superavit Oper. Cont. de Gestão UPA/HRFB/UPA-E	8.857.815	6.460.168
Secretaria de Saúde - PE Conv. 34/2017 (a)	-	74.934
Secretaria de Saúde - PE Conv. 41/2017 (a)	145.515	145.571
Secretaria de Saúde - PE Conv. 32/2017 (a)	-	203.968
Secretaria de Saúde - PE Conv. 55/2017 (a)	50.000	50.000
Convênio ZHB	-	19.774
	<u>11.012.376</u>	<u>8.128.748</u>

(a) Convênios oriundos de Emendas Parlamentares de deputados federais e estaduais da bancada pernambucana, com o objeto de apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamentos e

materiais permanentes para estruturação da rede de serviços de atenção especializada em saúde, visando ao fortalecimento do SUS.

(b) Refere-se ao provisionamento do valor do contrato de gestão celebrado com Estado.

16. Provisão para Contingências

A Entidade se figura como parte em ações judiciais de natureza trabalhistas, cíveis e tributárias, na opinião de seus advogados, a Administração acredita que o saldo da provisão para contingência é suficiente para cobrir perdas prováveis – CPC 25.

	2019	2018
Provisão para contingências trabalhistas (a)	174.592	61.630
Provisão para contingências cíveis (b)	3.962.475	70.119
Provisão para contingências tributárias (c)	724.587	-
	4.861.654	131.749

As contingências passivas, principalmente as de natureza civil e tributária, cujo total foi de R\$ 4.861 mil, apresentou variação significativa, impactando relevantemente o resultado do exercício

a) Os processos trabalhistas relacionam-se, entre outras questões, a reclamações formalizadas por ex-funcionários pleiteando pagamento de hora-extra, adicional de insalubridade, periculosidade. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 748.375,00, registrados no Ativo não Circulante.

b) Os processos cíveis relacionam-se, dentre outras questões, a pedidos indenizatórios de reparos, restauração de imóveis. Esses processos têm depósitos judiciais de R\$ 917.680,00 registrados no Ativo não Circulante.

Os processos cíveis de valores mais relevantes.

Processo	Valor R\$
0042457-83.2018-8.17.2001	3.152.943,00
0177906-09.2012.8.17.0001	149.361,00
0021560-34.2018.8.17.0001	129.716,18
0128603-98.2016.8.17.2001	50.640,00

c) As provisões para contingências tributárias se referem as cobranças de débitos de IPTU, TLP e taxas imobiliárias.

d) Para as **contingências** avaliadas pelos assessores jurídicos como **perdas possíveis** não foram constituídas provisões contábeis em conformidade com o CPC 25.

	2019	2018
Provisão para contingências trabalhistas	285.205	2.545.610
Provisão para contingências cíveis	7.589.434	16.862.661
Provisão para contingências tributárias	230.434	55.227
	<u>8.105.073</u>	<u>19.463.497</u>

17. Patrimônio Líquido

a) Patrimônio social

Compostos pelas doações, subvenções e contribuições patrimoniais recebidas em anos anteriores.

b) Superávit/Déficit

Composto pelos superávits ou déficits apurados anualmente desde a data da constituição da Entidade. Após formalização do processo de aprovação dos resultados anteriores e o Superávit/Déficit do exercício corrente, os mesmos serão incorporados ao Patrimônio social como preceitua a ITG 2002.

c) Ajustes de exercícios anteriores

Conforme Lei 6.404, artigo 186, foram reconhecidos no Patrimônio Líquido, conta Ajustes de Exercícios Anteriores, os saldos decorrentes de efeitos provocados por erro imputável a exercício anterior ou mudança de critérios contábeis que vinham sendo utilizados pela Entidade.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

Em consonância com a Resolução 1.159/09 (CTG 2000) e a Lei 11.638/07 a criação da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial faz parte do Patrimônio Líquido como um grupo especial, uma vez que os valores nela contabilizados não transitaram pelo resultado e são oriundos de aumento de valores atribuídos a elementos do ativo, em decorrência de sua avaliação a preços de mercado.

18. Receitas de Convênios de Gestão

	2019	2018
Convênio de gestão - UPA - Secretaria Estadual de Saúde	14.763.321	14.899.475
Convênio de gestão - HRFB - Secretaria Estadual de Saúde	29.126.718	28.111.596
Convênio de gestão - UPA-E - Secretaria Estadual de Saúde	1.840.296	2.190.311
	<u>45.730.335</u>	<u>45.201.382</u>

19. SUS

	2019	2018
Ambulatório HSA	5.068.858	4.437.608
Internamentos AIH	2.255.854	1.648.500
Serv. Assistência Domiciliar	2.300.413	2.300.413
Núcleo Assistência Familiar	6.890.404	6.772.972
Residência Terapêutica	11.343.942	11.099.980
Saúde Bucal	651.672	601.462
Unidade de acolhimento	1.742.502	1.742.502
Incentivos a pequenas cirurgias	3.039.677	1.702.845
Faturamento IAC	3.210.021	3.210.021
Faturamento FAEC	110.320	842.931
Incentivo 100% SUS	1.076.813	1.076.810
Incentivo RUE	2.653.304	2.641.100
Complemento Produção SAI/SIH	3.392.015	2.870.310
Incentivo Procedimentos Estrategicos	220.446	201.223
Integrasus	104.645	104.641
	44.060.885	41.253.318

20. Subvenções Órgãos Públicos

	2019	2018
Produção ortopedia - Convênio retaguarda	5.060.227	3.672.116
Incentivo ortopedia - Convênio retaguarda	5.026.050	4.099.254
Placas Bloqueadas- Convênio retaguarda	737.600	733.800
Leito Bloqueado- Convênio retaguarda	319.840	146.315
Ministério da saúde - Convênio 774079/2012	-	1.456.501
Ministério da saúde - Convênio 821956/2015	-	99.995
Ministério da saúde - Convênio 861988/2017	2.500	-
Secretaria saude - PE Conv 34/2017	77.380	14.750
Secretaria saude - PE Conv 32/2017	-	16.487
Secretaria Políticas Sociais Palmares	40.800	40.800
	11.264.398	10.280.018

21. Faturamento UTI

	2019	2018
Faturamento Estado	676.232	815.448
Faturamento Municipio	2.749.137	3.221.099
	<u>3.425.370</u>	<u>4.036.547</u>

Convênio firmado com o Fundo Municipal de Saúde objetivando a disponibilização de 10 (dez) leitos de UTI Adulto- Unidade de terapia intensiva para adultos – aos usuários do sistema SUS, especialmente para os residentes nos municípios da 1ª Regional de Saúde.

22. Tratamento Prolongado

	2019	2018
Tratamento prolongado	393.575	574.302
	<u>393.575</u>	<u>574.302</u>

Convênio firmado com o Governo do Estado de Pernambuco através da Secretaria Estadual de Saúde objetivando a execução de ações voltadas para o atendimento de pacientes sob cuidados prolongados, regulados pela Central de Regulação Hospitalar.

23. Outras Receitas

	2019	2018
Receitas diversas	390.067	283.581
Feira solidária	-	185.737
Estacionamento Sanpark	148.015	98.350
Video conferencia	-	23.854
Eventos/Serviço em Braille	193.034	240.539
Recuperação de Seguro - Ambulância HRFB	-	165.000
Aluguel de quadra/Arrendamento rural/Projetos Esp.	19.920	17.744
	<u>751.036</u>	<u>1.014.805</u>

24. Despesa com Pessoal

	2019	2018
Salários e encargos	63.893.019	61.774.677
Salários (a)	47.689.998	46.016.027
FGTS	3.838.784	3.708.387
FGTS rescisório	740.337	790.347
Férias	5.992.768	5.752.243
13º salário	4.379.343	4.234.975
Provisão de FGTS s/ férias e 13º e encer.de contrato	1.038.935	1.099.534
Indenizações trabalhistas	212.854	173.164
Benefícios	1.963.797	1.847.290
Vale transporte	948.362	872.306
Seguro de vida	45.063	28.841
Vestuário e uniformes	31.542	37.063
Treinamento	43.812	14.337
Vale alimentação	387.801	358.141
Refeições Funcionários UPA	338.192	343.529
Refeições Funcionários UPA-E	-	49.096
Plano de saúde	3.173	1.477
Auxílio creche	165.852	142.500
	65.856.816	63.621.967

(a) As despesas de salários podem ser apresentadas como segue:

	2019	2018
Hospital Santo Amaro	25.255.984	23.924.326
Santa Casa de Misericórdia	1.999.594	1.688.568
Centro Hospitalar Dom Lamartine	139.139	134.788
Colégio Santa Luiza Marillac	440.803	420.175
Educandário Casa da Providência	250.971	270.915
Educandário Magalhães Bastos	426.729	384.760
Educandário Santa Tereza	314.778	294.647
Educandário São Joaquim	487.079	506.505
Instituto Antônio Pessoa de Queiroz	410.247	429.343
Unidade Pronto Atendimento - UPA	7.564.406	7.906.169
Unidade Pronto Atendimento Especialidade -UPAE	785.799	873.812
Hospital Regional Fernando Bezerra	8.516.684	8.135.332
Centro Geriátrico Padre Venâncio	777.267	758.655
Abrigo São Francisco de Assis	320.518	288.032
	47.689.998	46.016.027

25. Serviço Voluntário

Conforme Resolução CFC nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 item 19, a Entidade reconhece pelo valor justo a prestação do serviço não remunerado do voluntariado, em 2019 0,00 (R\$ 259

em 2018) que é composto essencialmente por pessoas que dedicam o seu tempo e talento, uma importante participação em várias ações realizadas pela entidade.

26. Outras Despesas

	2019	2018
Despesas com viagens	48.797	45.135
Pensão Vitalícia	64.870	62.010
Condomínio Edf. Azteza	14.388	17.862
Congrua	36.184	36.798
Assistência Religiosa	155.359	169.910
Comunidade Religiosa	891	38.990
Repasse AOR (Decreto nº28/2017) (a)	634.613	571.997
Projetos especiais	12.420	-
Despesas diversas	8.040	9.352
	<u>975.562</u>	<u>952.054</u>

(a) Refere-se ao pagamento do dízimo à Arquidiocese de Olinda e Recife.

27. Subvenções e/ou Convênios Públicos Resolução CFC Nº 1.305/10

Objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

Para a contabilização de suas subvenções governamentais, a Entidade, atendeu a Resolução nº. 1.305 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que aprovou a NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e a Resolução do CFC Nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002. A entidade recebeu no decorrer do período as seguintes subvenções do Poder Público Federal, Estadual e Municipal:

Exercício	Concedente	Nº Convênio	R\$ Recebido	R\$ Realizado	R\$ Devolução
2011	Ministério da Saúde	768561	1.000.000	769.496	356.143
2015	Ministério da Saúde	821956	100.000	99.995	10.658
2016	Ministério da Saúde	834.080	145.230	-	150.951
2017	Secretaria de Saúde de PE	34	90.000	92.130	-
2017	Secretaria de Saúde de PE	32	220.000	16.487	209.967
2017	Ministério da Saúde	861988	150.000	150.000	-
2017	Prefeitura de Palmares	2017	40.800	40.800	-

28. Passivos Contingentes Resolução CFC Nº 1.180/09

Em atendimento a Resolução CFC nº 1.180/09, que aprova a NBC TG 25, e respaldado por um documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos e/ou judiciais

(fiscais e/ou trabalhistas e/ou tributários) que a Entidade possui, totalizando em contingências passivas: trabalhistas R\$ 174.592, cíveis R\$ 3.962.475 e tributárias R\$ 724.587.

29. Do Resultado do Período

O Déficit do período de 2019 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução nº 1.409 de 2012 que aprovou a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros.

30. Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e também com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

31. Cobertura de Seguros

A Entidade mantém seguro do prédio principal da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Recife e de alguns dos imóveis dados em aluguel. Os demais bens do ativo imobilizado não possuem seguros contratados, em razão de entendimento da administração que a natureza das suas atividades não represente riscos significativos.

32. Isenção de Contribuições Sociais

Conforme o artigo 29 da Lei nº 12.101/09 a Entidade beneficente certificada fará jus à isenção do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91. Abaixo demonstraremos as contribuições sociais usufruídas, a forma de contabilização e o montante do período que não é pago.

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

- 20% sobre folha de salários e serviços de autônomos e individuais;
- RAT/SAT (2%)
- TERCEIROS (5,8% - Saúde) e (4,50% Educação e Social)
- PIS SOBRE FOLHA (1%)
- COFINS (3%)

FORMA DE CONTABILIZAÇÃO E OS VALORES CONTABILIZADOS

Levando em consideração as Normas Brasileiras de Contabilidade (Resolução do CFC nº 1.185/09) vigentes em consonância com as Normas Internacionais (NIC 1), a Entidade não pode compensar ativos com passivos e nem receitas com despesas, salvo alguma Norma Específica, demonstraremos a forma de contabilização e seus respectivos valores das isenções usufruídas pela Entidade no ano de 2019:

Registro da despesa:

D – despesa om contribuições sociais – R\$ 20.882.410 (a)

Registro na obrigação: Grupo: Isenção Contribuições Sociais no passivo circulante

C – contribuições sociais – R\$ 18.832.219 (a)

Baixa na obrigação: Grupo: Isenção Contribuições Sociais no passivo circulante

D – contribuições sociais – R\$ 18.832.219 (a)

C – receita de contribuições sociais – R\$ 20.882.410 (a)

(a) A diferença R\$ 2.050.191 (R\$ 20.882.410 – R\$ 18.832.219), refere-se a Isenção Patronal – RAT e Isenção PIS, que por falta de parametrização não gera registro no passivo, apenas no Resultado da entidade.

33. Atendimento ao SUS

Em atendimento a legislação vigente Lei sob nº 12.101/09 e decreto nº 8.242/14 a entidade apurou o percentual de atendimento SUS de 100%.

O percentual foi obtido utilizando a Metodologia de Cálculo do Somatório de Serviços assim prestados na área de Saúde e de verificação do percentual de Serviços Prestados ao SUS.

34. Cumprimento de Metas com o SUS

Conforme determinação do artigo 18 do Decreto nº. 8.242/14 e artigo 9º item 1 c. da Portaria do MS 1.970/11, a Entidade cumpriu as metas quantitativas e qualitativas de internação ou de atendimentos ambulatoriais estabelecidas no convênio e/ou contratualização, e estas foram atestadas pelo Gestor Local do SUS.

35. Demonstrativo do Cumprimento do Mínimo de Bolsas Integrais

A concessão de bolsas de estudos atende aos critérios da lei 12.101/2009 (Educação Básica), a Instituição Colégio Santa Luiza Marillac e Educandário São Joaquim, atribuem o direito de desconto integral às famílias que comprovem renda per capita não superior a 1 1/2 salário mínimo

e de 50% à família que comprove não exceder valor de 3 salários mínimos da renda per capita no exercício de 2019, conforme demonstração abaixo:

Educação Básica	Colégio Marillac	Educandário São Joaquim
Total de alunos matriculados	119	99
Bolsas 100% CEBAS	119	99
Bolsas 50% CEBAS	-	-
EXCEDENTE	119	99

36. Da Concessão dos Recursos em Assistência Educacional – Básica

A ENTIDADE, em conformidade com o artigo 13 da Lei nº. 12.101/09 e artigo 29 do Decreto nº. 8.242/14 oferece bolsas educacionais para alunos carentes, na forma da Lei (artigo 14 da Lei nº. 12.101/09), e também não cobrou taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. Na concessão de bolsas educacionais a Entidade utilizou o seguinte critério de renda:

- *A bolsa de estudo integral será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 1 1/2 (um e meio) salário mínimo.*
- *A bolsa de estudo parcial será concedida a aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de 3 (três) salários mínimos.*

37. Formalização dos Projetos Sociais

A Entidade no desenvolvimento de suas ações sócio assistenciais formaliza em cada Projeto Social: os objetivos do mesmo; origem de recursos; infraestrutura; tipificando os serviços a serem executados (conforme Resolução do CNAS nº. 109/09 e Decreto nº. 6.308/07); público-alvo,

capacidade de atendimento, recurso financeiro utilizado, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial e demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas para esta participação nas etapas de elaboração, execução, avaliação e monitoramento do projeto.

Origem dos recursos:

Receitas	2019
Convênio ZHB	R\$ 95.717
Aluguel de Imóveis	R\$ 470.173
Convênio Prefeitura de Palmares	R\$ 40.800
Doações	R\$ 383.980

Evidenciamos que os serviços oferecidos aos usuários das unidades assistenciais são totalmente gratuitos.

Através dos seus serviços, a Entidade se tipifica como de atendimento e oferta, conforme abaixo:

Unidades	Objetivo Geral	Público Alvo	Número Usuários	Resultados Alcançados
Educandário Casa da Providência	Apoiar e assistir as crianças e sua família no âmbito social	Crianças de 07 a 12 anos de idade, ambos os sexos	90	Melhoria da escrita, desenvoltura e postura às situações emocionais, motivação das crianças nas suas atividades, crescimento e desenvoltura no campo da arte, expressão corporal e comunicação, desenvolvimento escolar, assiduidade, mudança comportamental, interesse pela leitura, participação na família
Educandário Magalhães Bastos	Contribuir para o desenvolvimento pessoal, social e religioso de crianças/adolescentes em situação de vulnerabilidade social	Crianças de 07 a 12 anos de idade, ambos os sexos, em situação de vulnerabilidade	89	
Educandário Santa Tereza	Oferecer atendimento as assistidas, incentivando-as na construção do senso individual e coletivo	Crianças de 05 a 16 anos de idade, apenas sexo feminino, em situação de vulnerabilidade	76	
Instituto Antônio Pessoa Queiroz	Promover a habilitação de pessoas com deficiência visual, proporcionando sua autonomia à vida comunitária	Ter acuidade visual zero ou baixa visão comprovada por laudo médico, na faixa etária de 0 a 80 anos de idade	158	Locomoção com autonomia e segurança, autoestima, integração e socialização, aprendizado do braille
Abrigo São Francisco	Acolher idosos em situação de vulnerabilidade, com ou sem vínculos familiares	Idosos com idade igual ou superior a 60 anos	26	Melhoria na autoestima, prolongamento da independência nas atividades diárias, integração e maior bem psicológico
Centro Geriátrico Padre Venâncio	Acolher idosos em situação de vulnerabilidade social, com ou sem vínculos familiares	Idosas com idade igual ou superior a 60 anos	60	

SEÇÃO D – POLÍTICAS CONTÁBEIS

38. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Receitas de contratos de gestão

Os recursos recebidos dos convênios de gestão são registrados na receita quando atendidas as condições contratuais estabelecidas sobre a Entidade e no momento em que as despesas correspondentes incorrem. Os recursos recebidos dos convênios cujas condições estabelecidas nos contratos não foram ainda atendidas ou cujas despesas correspondentes ainda não incorreram, são transferidas para outras obrigações no passivo, e o seu reconhecimento na

receita no resultado do exercício ocorre na proporção em que as despesas correspondentes incorrem.

O reconhecimento em receita quando o recurso do convênio foi utilizado para aquisição de ativo imobilizado, ocorrerá de forma linear e sistemática no mesmo valor e no mesmo momento do reconhecimento da despesa de depreciação desse bem no resultado.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contabilizados neste grupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos o insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) Ativos circulantes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado.

d) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD

Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade, e assim atendendo o item 15 da ITG 2002 e o Parecer de Orientação da CVM 21/90.

e) Estoques

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado e referem-se aos produtos e materiais médico-hospitalares, de conservação e consumo, higiene, lavanderia, gêneros alimentícios e equipamentos de proteção até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2019 é de R\$ 1.053.518. A provisão para desvalorização dos estoques será constituída, quando necessário, com base na análise dos estoques e seu tempo de permanência, a montante de provisão é considerado pela Administração ser suficiente para eventuais perdas.

f) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e deduzido da depreciação acumulada (calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, apropriada ao resultado do exercício) e perdas ao valor recuperável, se for o caso. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinado para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.

g) Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

i) Provisão de 13º salário, férias e encargos

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

j) Provisão para contingência

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independentes da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Entidade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

l) Empréstimos

Os empréstimos bancários são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquido dos custos de transações. Em seguida são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido,

descontado os juros a transcorrer, considerando as taxas definidas no contrato no momento da captação dos referidos empréstimos bancários.

m) As despesas e as receitas

Estão registradas de acordo com o princípio contábil de competência.

n) Patrimônio líquido

O patrimônio social é apresentado em valores atualizados, acrescido do resultado do exercício ocorrido, os bens recebidos através de doações patrimoniais e o ajuste de avaliação patrimonial considerados, enquanto não computados no resultado do período em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação e preço de mercado.

o) Ajuste a valor presente

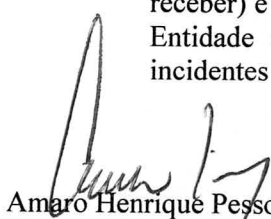
Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo não estão sendo apresentados pelo seu valor presente, pois os efeitos relativos aos ajustes conforme calculados pela Administração da Empresa foram considerados irrelevantes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

p) Taxa de administração

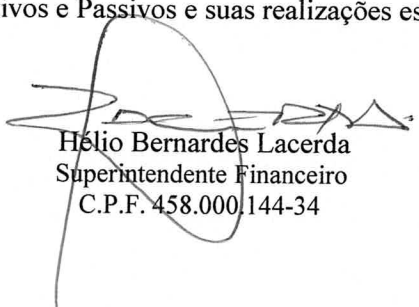
Referem-se a projetos (SAD, RT, NASF, UA, Saúde Bucal) celebrados com a Prefeitura da Cidade do Recife.

q) Apuração do resultado

O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo (acordado em contrato - valores recebidos ou a receber) e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.



Amaro Henrique Pessoa Lins
Superintendente Geral
C.P.F. 128.476.154-15



Hélio Bernardes Lacerda
Superintendente Financeiro
C.P.F. 458.000.144-34



Anésia José dos Santos
Contadora CRC PE-014097/O-0
C.P.F. 868.678.224-87